

A FLECHA E O MOSQUETE: ÍNDIOS E BATAVOS NO BRASIL HOLANDÊS

RÔMULO XAVIER¹

Resumo: Este trabalho tratará da relação entre índios (tupi e tapuias) e a Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais (WIC) em Pernambuco. Dessa forma, o que analisaremos será: a aliança militar entre holandeses e *brasilianen* (tupi), sobretudo na fase inicial da conquista holandesa no império português do Atlântico sul.

Palavras-chave: Companhia das Índias Ocidentais. Conquista Holandesa. Tapuias.

Abstract: The aim of this work is to show the relationship between the Indians (tupi and tapuias) and the Dutch East Indian Company (WIC) in Pernambuco. In this sense, what will be analyzed is: military alliance between Dutch and *brasilianen* (tupi), specially during the beginning of Dutch conquest in the south Atlantic Portuguese empire.

Keywords: West Indies Company. Dutch Conquest. Tapuia Indians.

Sem os indígenas a conquista do nordeste pelos holandeses seria quase impossível. Pode parecer exagero essa afirmação, mas não é. Basta que passemos a vista nas crônicas da época, para termos uma idéia da importância dos índios para a Companhia das Índias Ocidentais na ocupação de Pernambuco. Contar um pouco dessa relação, nem sempre

¹ Doutorando em História - UFF.

amistosa, entre holandeses e índios, é o objetivo deste artigo. De antemão, vale destacar que daremos ênfase à relação militar entre batavos e nativos, deixando ao largo questões relacionadas à catequese calvinista no Brasil.²

Ao invadir a capitania de Pernambuco em 1630, os holandeses não estavam fazendo algo impensado. Pelo contrário, tudo foi pacientemente calculado. Sobre esse assunto, considera o almirante Max Justo Guedes que,

mesmo derrotados na Bahia, os flamengos da Companhia das Índias Ocidentais continuaram rondando a costa brasileira e dela colhendo informações, como o Commandeur Thomas Sickes, no Golden Dolphijn e outros comandantes que, no ano de 1626, reforçaram sua ação de patrulhamento desde as proximidades da Bahia de Todos os Santos até o Caribe, principalmente ao largo de Pernambuco. (In: LAET, 2007, p. 31).³

Na guerra contra as coroas ibéricas, os holandeses fundaram as companhias das Índias Orientais (1602) e Ocidentais (1621). Esta última, que atuou no Atlântico norte e sul, promoveu a guerra e o acesso direto às colônias de Espanha e Portugal. O ataque a Pernambuco (como ficou registrado na passagem acima) estava nos planos da Companhia das Índias Ocidentais (WIC) para o Atlântico sul. A partir do Recife, conquistaram São Jorge da Mina (1637) e Angola (1641), esta o principal entreposto escravista do Novo Mundo. Chegaram, inclusive, a fazer operações militares na costa do Chile, provando assim o estratagema mundial da luta entre os impérios marítimos. Todo esse teatro de operações moveu homens para vários pontos do Atlântico, desde os portos de Amsterdam, Cádiz e Lisboa até os portos de Luanda e Recife, para não citarmos outros. O Atlântico do século XVII tornara-se então um grande campo de batalha. A guerra, com vistas ao comércio, promoveu no Atlântico uma espécie de revolução, como querem os historiadores Peter Linebaugh e Marcus Rediker. Nesta ‘revolução atlântica’, ressaltam:

A transmissão circular de experiência humana da Europa para a África para as Américas e a sua contrapartida correspondeu às mesmas forças cósmicas que colocaram as correntes atlânticas em movimento, e nos séculos XVII

e XVIII, os mercadores, manufatureiros, agricultores, oficiais régios do noroeste europeu seguiram estas correntes, constituindo rotas comerciais, colônias e uma nova economia atlântica. (LINEBAUGH; REDIKER, 1992, p. 2).

A partir destas colocações, de forma alguma exageradas, temos que os Países Baixos foram uma daquelas nações do noroeste da Europa que resolveram abraçar o *Mar Tenebroso* e, pelas suas correntes e regimes de ventos, estabelecer vínculos que deixariam profundas impressões no seu povo e nos povos por eles alcançados. Foi assim em Jacarta, na Costa do Coromandel, na África do Sul, no Suriname e no Brasil. Aqui, se as marcas da ocupação holandesa não são visíveis a olhos atuais, o próprio fato de, mais de três séculos depois de sua expulsão, tocarmos no assunto, já prova por si só a importância historiográfica do tema. O assunto ainda hoje se sustenta com largueza na variada produção de crônicas, livros e teses sobre a presença batava.

Sobre o século XVII em si, período no qual se situa o nosso tema, basta que entendamos as opiniões de Hugh Trevor-Roper (2007) e Immanuel Wallerstein (1990) acerca do mundo holandês da época. Segundo o primeiro, a Europa de 1620 já assistia à emergência econômica da Holanda e da Inglaterra, que, na sua opinião, “já tinham usurpado o lugar de Itália e Espanha” (TREVOR-HOPER, 2007, p. 25).⁴ Wallerstein (1990, p. 45), a quem cabe uma das interpretações mais competentes acerca da formação do mundo capitalista, referiu-se à primazia da Holanda e da Zelândia enquanto centros do noroeste europeu da economia-mundo já na primeira década do Seiscentos. É fato que, além destes trabalhos, também vários outros historiadores destacaram a ascensão neerlandesa à condição de potência mundial, a exemplo de Fernando Braudel (*Economia, Capitalismo e Civilização Material*) e Charles Boxer (*O Império Marítimo Holandês*).

A guerra que os Países Baixos, por intermédio das Companhias da Índias Orientais e Ocidentais, empreenderam contra o império português veio como consequência do mando espanhol sobre a política portuguesa, pelo que ficou conhecido como União Ibérica (1580-1640). Foi nesse contexto que o Brasil, e por extensão Pernambuco, foi alvejado. Em todas as partes do mundo, os holandeses atacaram possessões

portuguesas e açambarcaram uma boa fatia de seu comércio. Tanto assim, que Charles Boxer denominou essa guerra de mundial, tendo sido “travada não só nos campos de Flandres e no Mar do Norte, como também em regiões tão remotas como o estuário do Amazonas, o interior de Angola, a ilha de Timor e a costa do Chile.” (BOXER, 2002, p. 120).⁵

Antes de chegar a Pernambuco, os holandeses passaram um ano na Bahia (1624-1625). Após a sua expulsão, os portugueses, segundo as crônicas de Francisco de Brito Freire (2001, p. 104), “condenaram à morte, por se meterem com os holandeses, cinco moradores cristãos-novos; e alguns índios. Premiando-se entre eles os tabajaras, nação das brasílicas que guardou sempre aos nossos fidelidade.”

Por este pequeno relato ficamos cientes de que os holandeses lutaram ao lado e contra os índios. Cinco anos mais tarde, nas várias razias em que se meteram nas matas de Pernambuco, os batavos continuaram a ter índios como aliados e inimigos. O próprio regimento da Companhia das Índias Ocidentais permitia que seus agentes fizessem acordos com naturais em qualquer conquista que fosse realizada.⁶

Mal tinham saído da Bahia, os holandeses fizeram escala na Baía da Traição (Paraíba), de onde foram levados alguns índios para os Países Baixos, pelo almirante Balduino Hendricksz, para servirem ocasionalmente de intérpretes na conquista do Nordeste. Como bem observou Benjamin Teesma: “Já antes da conquista de Pernambuco, em fevereiro de 1630, os quatro mais velhos deles tinham sido embarcados para o Recife, para começarem suas atividades. Logo depois de chegar, foram interrogados de novo sobre a etnografia, topografia e economia de sua pátria [...]”. (In: LAET, 2007, p. 56).

Sobre esses “índios-espiões”, teceu alguns comentários José Antônio Gonsalves de Mello na sua obra clássica *Tempo dos Flamengos*. Chamavam-se Gaspar Paraupaba, André Francisco, Pieter Poty, Antônio Guaravassauay, Antônio e Luis Gaspar.⁷ Havendo declarado livres todos os indígenas da conquista, os holandeses angariavam a sua simpatia, ao mesmo tempo em que conseguiam aliados militares. Conhecedores dos domínios vegetacionais e topográficos da região, os índios também seriam fundamentais na adaptação dos holandeses à “guerra de mato” – guerrilha, propriamente falando.

Contudo, a primeira experiência holandesa de cunho militar com os índios, em Pernambuco, foi na condição de opositores. Desde muito cedo, sitiadas no Recife, as tropas do coronel Diedrick Wanderburch experimentaram a astúcia militar dos *brasilianen* (como os holandeses chamavam os tupis). Numa das suas correspondências aos Estados Gerais dos Países Baixos, Wanderburch informou que “a fim de ter livre a visão e estar em guarda contra os ataques dos brasileiros e negros, mandei cortar toda a mata entre a montanha e a cidade”.⁸ Na época desta declaração, em abril de 1630, os holandeses faziam do Recife a sua casa. Para garantir a segurança de seus soldados e funcionários, a WIC construía um conjunto de fortificações que transformaria o Recife numa praça-forte quase inexpugnável. Certa vez, ao fiscalizar uma destas obras de fortificação, Wanderburch foi surpreendido por um ataque de brasileiros (*brasilianen*). Pelas suas palavras, “o ataque foi assustador, porque em menos de um quarto de hora mais de 300 brasileiros haviam escalado as muralhas e penetrado no acampamento [...]”. A medida da violência deste ataque pode ser sentida no desfecho da história: “Entretanto, com a graça de Deus, foram repelidos [os índios] e obrigados a fugir, deixando 17 mortos no acampamento e arrastando consigo 20 e tantos por meio de uma corda passada em torno do pescoço”.⁹ A violência dos ataques de indígenas aliados à resistência luso-brasileira já bem no início da ocupação deixava os militares batavos perplexos diante do que viria a se tornar a ocupação: um inferno. No combate acima referido, dois capitães holandeses foram feridos por flechadas de *brasilianen*.

Nesses primeiros momentos da ocupação holandesa, a resistência luso-brasileira tinha como base de operações o Arraial Velho do Bom Jesus, situado a uma légua do Recife, no interior. Comandada por Matias de Albuquerque, tal resistência apresentava aos holandeses a “guerra de mato”, baseada em emboscadas, ataques-surpresas e armadilhas nas matas. Sendo assim, era necessário que os holandeses aprendessem logo uma forma de guerrear não convencional e bem diversa daquela que se fazia na Europa. Nas matas do Brasil, a guerrilha diferia muito da guerra frontal que se desenrolava nos campos europeus na Guerra dos Trinta Anos. A “guerra de mato”, ao mesmo tempo em que dispensava manuais, requeria experiência com os trópicos. E isso faltava aos batavos.¹⁰

Do lado luso-brasileiro, da mesma forma que na Bahia cinco anos antes, os tabajaras granjearam a confiança das tropas. Brito Freire (2001, p. 127) não deixou de registrar que os portugueses tiveram dos tabajaras “valor e fidelidade; virtudes novas entre gentios bárbaros”. Trezentos tabajaras estavam sitiados próximo ao Arraial do bom Jesus. A flecha se unia ao mosquete. Entre o arraial e o Recife, os holandeses iam aprendendo os segredos da guerrilha. Desabafando com os seus compatriotas acerca das dificuldades vividas no Brasil, Wanderburch chamava a atenção para a falta de efetivo, “juntamente com os inconvenientes das matas e dos caminhos sinuosos, moléstias, mortalidade, falta de víveres, lenta esperança de socorros, chuva forte, calor excessivo, quase todos os elementos contra nós [...]”.¹¹

Enquanto os luso-brasileiros dominavam a guerrilha nas matas, os holandeses procuravam debelá-las, sobretudo nas proximidades do Recife. Achavam eles que com isso garantiriam uma maior possibilidade de saber onde se escondiam os seus inimigos. De fato, desmatando-se o entorno do Recife, alguém que se colocasse no topo de qualquer fortificação da ilha de Antônio Vaz poderia sem dificuldades avistar os canaviais dos engenhos mais próximos, alguns deles a meia légua de distância, nas plantações da região dos Afogados. Longe do Recife, nos domínios da mata fechada e impossível de ser debelada, o jeito seria aprender a sobreviver.

As dificuldades experimentadas pelos soldados da WIC em Pernambuco faziam com que os mesmos não quisessem permanecer no Brasil por um prazo além do estipulado, três anos. Nessa situação, a ajuda militar que os índios poderiam oferecer aos batavos era fundamental tanto em número quanto em qualidade.¹² Na condição de espiões, os índios podiam oferecer aos holandeses preciosas informações. Numa tentativa de ocupar a Paraíba, em dezembro de 1631, o exército holandês teve informações precisas do efetivo inimigo, nas palavras de Wanderburch, “segundo informação de um índio que se passou para o nosso campo, vindo do acampamento de [Matias de] Albuquerque”.¹³

Nos primeiros três anos em Pernambuco (1630-1633), os holandeses parecem ter contado mais com o auxílio dos escravos, e sobre os mesmos jogavam quase todo o peso dos infortúnios. Dizia o primeiro governador do Brasil holandês que “em todos estes perigos dependíamos

da fidelidade ou infidelidade de um negro, que me servia de guia; não se pode, entretanto, confiar muito nessa gente estúpida”.¹⁴ Parece também que os índios que serviam aos portugueses levaram, nesses primeiros anos, larga vantagem sobre os holandeses e seus ainda pouco aliados. Em 1631, quando o capitão Martins Soares Moreno, “havendo trazido com seus arcos duzentos índios” do Ceará, atacou um forte na ilha de Antônio Vaz. A impressão holandesa foi, segundo um cronista, de espanto: “que nos primeiros encontros, por causar a novidade maior admiração, reputavam como selvagens, vendo tão ligeiros e atrevidos, com gesto feroz, despedirem nus imensas flechas, estes horríveis bárbaros, sem mais couros de antas que as suas mesmas peles”.¹⁵

Pelo exposto acima, a impressão que os holandeses tiveram dos índios do Ceará era a mesma que tinham os portugueses. No entanto, talvez os holandeses não devessem se surpreender com os índios do Ceará, uma vez que em 1601 alguns deles já haviam travado contatos com índios daquela região, precisamente com os índios da Baía de Moucuru (MELLO, 1987, p. 197).¹⁶ A surpresa se deu mais pela ocasião do encontro, que no passado fora amistoso e agora, em Pernambuco, num contexto de guerra, tinha os índios na condição de inimigos obstinados.

A partir de que momento as coisas começaram a mudar para os holandeses (digo: no aspecto militar)? Sendo mais claro, quando estes últimos passaram a utilizar indígenas como parte importante de seus efetivos? Num documento holandês de 1634, temos informações de uma expedição ao interior do Rio Grande do Norte, ocasião em que alguns *brasilianen* foram aliciados para o lado da Companhia. Nessa *expeditien*, os holandeses contaram com a colaboração de um índio chamado Simão Antônio e uma mulher não identificada. Os mesmos desceram um rio na região de Cunhau e, levando diversos presentes pequenos (*diverse kleine presenten*), obtiveram informações acerca das tropas luso-brasileiras. Nessa expedição tomou parte Jan Blaer, que se tornaria conhecido pela viagem que fez ao Quilombo dos Palmares em 1645.¹⁷ Essa incursão holandesa foi bem sucedida, uma vez que os neerlandeses obtiveram informações acerca do posicionamento das tropas de Matias de Albuquerque. Este se encontrava nas proximidades com cerca de 100 homens, entre índios e negros.

A liberdade que os holandeses deram aos índios foi salientada por vários estudiosos do tema. Para José Antônio Gonsalves de Mello (1987, p. 199), “foi o reconhecimento desse direito com o que mais acenaram [os holandeses] aos brasileiros e tapuias”. Como foi dito acima, o reforço militar indígena compensaria a fragilidade do exército batavo. Hermann Waetjen (1938, p. 123), referindo-se a um relatório de Wanderburch de 1633, chamou a atenção para a penúria porque passavam os soldados da WIC, que tinham que se dividir entre a guerra e os trabalhos pesados nas construções das fortificações.¹⁸ Por esse tipo de situação, podemos entender a ajuda que os índios podiam prestar à WIC. Não se tratava apenas de um acréscimo do efetivo holandês para a guerrilha, mas talvez de um ‘complemento’ a uma tropa dividida entre as armas e as obras.

Próximo ao Recife, os holandeses começaram a ganhar aliados indígenas na conquista da Paraíba, em fins de 1634. Estes, junto com portugueses, juraram fidelidade à WIC. O mesmo aconteceu no Rio Grande do Norte (WAETJEN, 1938, p. 129). Dois meses antes da queda do Arraial do Bom Jesus (junho de 1635), Matias de Albuquerque se encontrava em Serinhaém com “300 homens e alguns brasileiros”.¹⁹ Três meses depois, 110 *brasilianen* chegaram ao Recife e receberam vestimentas de um funcionário da WIC “como pagamento pelos seus serviços”. Numa ata do Alto Governo consta que eles, após receberem o dito pagamento, retornariam “aos seus países”.²⁰ Talvez estes brasileiros tivessem participado das diversas escaramuças que culminaram na queda do Arraial.

A inserção dos índios (tanto os *brasilianen* quanto os tapuias) no Brasil holandês não pode ser entendida de forma separada do corpo administrativo da WIC no Brasil. Inseridos no ambiente da guerra, encontravam-se, por consequência, inseridos no ambiente político-administrativo. Aliás, não dá para separar guerra de administração, a não ser para fins bastante explicativos, o que quase sempre tende a engessar a confluência dessas duas realidades. Dito isto, temos que a presença dos nativos na capitania de Pernambuco era parte importante na administração da conquista. Tanto é que, para a administração dos índios e das aldeias, a WIC nomeou os *commandeurs*. Dentre eles, um

dos mais benquistos foi Johan Listry, que administrou por vários anos as aldeias situadas próximas ao Recife.

Entre a queda do Arraial do Bom Jesus e a chegada de Maurício de Nassau (1635-1637), os holandeses começaram a reconstruir o que sobrara da “guerra velha”. Nesse período, estreitavam-se as relações entre os holandeses e os portugueses que não abandonaram suas propriedades, fugindo para o sul de Pernambuco e, depois, para a Bahia. Esta era a fase dos *kleine profijten* (pequenos proveitos). Estes “pequenos proveitos” se traduziam em trocas comerciais e “cooperações” entre a WIC e os moradores locais. Os funcionários da Companhia viam nestas pequenas relações uma espécie de oásis no deserto da guerrilha. A parte norte da capitania de Pernambuco, a capitania de Itamaracá e a Paraíba protagonizaram essas pequenas trocas. Nesse período, já era possível encontrar iates e chalupas pelos baixos cursos dos rios de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba. Para termos uma idéia dessa fase em que a navegação fluvial holandesa se fazia presente no Brasil, podemos apresentar o caso da chalupa *Duizendbeen*, que na manhã de 6 de abril de 1635 trouxe ao Recife uma carga de cal e uma missiva do capitão Jacob Petri. Vale dizer que a embarcação saíra de Itamaracá e passara por Igarassu antes de chegar ao Recife.²¹ O percurso dessa embarcação implicava no baixo curso do rio Igarassu e no canal de Santa Cruz, que envolve a ilha de Itamaracá. Outro exemplo é o do barco *Gijseling*, que chegou da Paraíba no dia anterior ao *Duizenbeen* e veio se prover de víveres para as tropas do forte de Cabedelo.²²

Enquanto no sul os luso-brasileiros ainda estavam sitiados, no norte formava-se um cotidiano de cooperação entre batavos e luso-brasileiros. No mundo da guerra e da convivência pacífica (na medida do possível) estavam sobretudo os *brasilianen*, os quais foram aldeados em torno do Recife. Enquanto a resistência luso-brasileira estivesse na capitania de Pernambuco, o que só teve fim com a chegada de Nassau em 1637, a paz da *conquesten* ainda não estaria consolidada. E era no sul de Pernambuco que se encontravam os efetivos de indígenas. Transitavam com as tropas holandesas nas jurisdições de Ipojuca, Serinhaém e Porto Calvo. Antes de se fixar nos aldeamentos em torno do Recife, eram por esses territórios que os tupis circulavam. Talvez até,

caso se fizesse necessário, houvessem embarcado em alguns iates da WIC entre o cabo de Santo Agostinho e Alagoas.²³

A relação entre os holandeses e os tupis no Brasil não era tão diversa da experimentada por eles em Nova York com os nativos do hemisfério Norte. Desde 1609, quando o navegador inglês Henry Hudson alcançou o nordeste dos Estados Unidos, vários navios dos Países Baixos passaram a freqüentar as redes hidrográficas dos rios Hudson, Connecticut e Delaware. Nessa região, estabeleceram um rentável comércio de peles. No contato com os iroqueses, seus maiores parceiros comerciais, os holandeses desenvolveram relações de “uma grande familiaridade” nas proximidades do Fort-Orange. Tratando da relação entre os holandeses e os iroqueses, Serge Gruzinski e Carmen Bernard citam uma passagem que afirma o seguinte:

Não bastava mais mandar vir, segundo os hábitos correntes, os índios para sua casa, era ainda preciso lhes dar uma atenção extraordinária: assim era preciso admiti-los à mesa, dispor toalhas de mesa diante deles, oferecer-lhes vinhos e outras delicadezas [...] Eles não ficam absolutamente contentes e, seria preciso dizê-lo, sentem-se antes rancorosos quando tais cortesias não lhes são dirigidas. (DELÁGE, 1991, p. 115 apud BERNARD; GRUZINSKI, 2006, p. 697).

Esse relato não se diferencia muito do que se passou ao sul do Equador, quando a *expedition* da qual participou o sargento Jan Blaer tentou persuadir alguns *brasilien* no interior do Rio Grande do Norte e Paraíba. Era preciso muito cuidado no trato com os nativos. No Brasil, para a Companhia das Índias Ocidentais, na sua luta inglória contra a resistência luso-brasileira, atrair os índios para o seu exército era a palavra de ordem. Aos poucos, os nativos iam ensinando aos soldados europeus os mistérios da “guerra de mato”. As agruras da guerrilha eram tantas, que muitos soldados afeitos ao clima temperado logo desertavam. Muitos deles, como ressaltou José Antônio Gonsalves de Mello (1987), tornaram-se salteadores nas matas.²⁴

Os *brasilien* figuraram entre os destacamentos móveis do exército batavo. Em 17 de setembro de 1635, a cúpula do governo civil e militar do Brasil holandês estabeleceu o efetivo a ser distribuído pelos

pontos da conquista até então em poder da WIC. As tropas volantes (vliegende leggers) deveriam atingir o número de 1.500. Dentre eles, os tapuias e tupis.²⁵ Mas no espaço das matas, que quase sempre aparece às margens da historiografia acerca do Brasil holandês, escondiam-se os medos dos batavos. Quando os holandeses pensavam que a vitória estava garantida, uma mensagem chegou aos comandantes militares propagando a possibilidade de um ataque luso-brasileiro a Camaragibe com uma força de 2.000 homens pela praia e aproximadamente “1000 homens, tanto habitantes como brasileiros pelo bosque”.²⁶

No início de 1636, a possibilidade de se trazerem os tapuias do Rio Grande do Norte animou os agentes da WIC no Recife. Sobre isso, informou o Conselho Político que já haviam falado com o major Garstman, “que aqui chegou, sobre a contratação de alguns tapuias em Rio Grande e havíamos resolvido enviar o mesmo para lá com alguns objetos necessários para honrar os tapuias e dessa maneira atraí-los, em maior numero possível, para o nosso lado na luta contra o nosso inimigo.”²⁷

Para o ano de 1636, reforçar o efetivo com contingente tapuia era uma boa notícia, visto que os soldados da WIC assinavam contrato de serviço militar por até três anos. Após esse tempo, muitos preferiam retornar à Europa. A primeira leva de soldados que deixou o Brasil saiu em fins de 1632 e início de 1633.²⁸ Em 1636, mais soldados haveriam de deixar o inferno da guerrilha. Este foi o ano que antecedeu a vinda de Nassau e as tropas luso-brasileiras ainda ocupavam a banda sul da capitania de Pernambuco. Assim, era freqüente o trânsito de embarcações entre o porto do Recife e os portos do cabo de Santo Agostinho, ilha de Santo Aleixo e Barra Grande, principalmente este último.

A possibilidade de receber os tapuias do Rio Grande do Norte voltou a freqüentar a ata de reunião do governo holandês no Recife. Desta vez, da seguinte forma:

O Nobre Senhor George Garstman, Comandante no Rio Grande, compareceu na reunião perguntando de que maneira, de acordo com as nossas instruções, deveria proceder para contratar os tapuias ou se eles deverão ser tratados como inimigos. Foi decidido que ele deveria fazer o possível para segurar esta nação, devendo mantê-

los preparados para a ação até que outras ordens sejam expedidas. Para isso, ele os presentearão com algumas Neuremberguerije (quinquilharias adquiridas em Nurembergue) para atrai-los ao nosso lado.²⁹

Pela passagem acima, podemos perceber o cuidado do comandante batavo no trato com os tapuias, situação semelhante à que se passou entre os holandeses e os iroqueses na América do Norte. Uma ‘boa aproximação’ poderia garantir uma ‘boa aliança’. Tanto nas proximidades do Fort Albany como nas do Forte Ceulen, no Rio Grande do Norte, os *dinaers* (servidores) da Companhia das Índias Ocidentais colhiam as suas experiências do outro. Apesar de ter sido fundada com um estratagema atlântico, a Companhia das Índias Ocidentais tateava no trato com os nativos. Prova disto eram os cuidados que deviam ter os militares ao se aproximar de um grupo, como foi o caso de Garstman. Não havia uma ‘fórmula’ para se obter êxito num contato. Nem dispondo de presentes para os nativos, os holandeses estavam seguros da ajuda indígena.

Os ataques luso-brasileiros no sul da capitania de Pernambuco no início de fevereiro de 1636 expuseram a necessidade quase desesperadora da ajuda tapuia. Assim é que, no dia 04 daquele mês, o comandante Garstman avisou de seu êxito junto aos tapuias chefiados por Jandui. Diante desse fato, afirmaram os administradores da conquista que o reforço tapuia “é muito vital para a Companhia, uma vez que eles e sua reputação metem medo no inimigo”.³⁰ Que representação os holandeses guardavam dos tapuias de Jandui?

A quantidade exata dos índios (tanto tapuias como *brasilianen*) que lutavam do lado holandês é difícil de saber. Pelas crônicas de Brito Freire, no início de 1635, podemos ter conhecimento de que,

logo que o inimigo se viu dono da Paraíba e de seus moradores, e de todas as aldeias de índios que havia dali até o Rio Grande, teve para si que conseguiria o mesmo dos de Goiana, que eram do distrito da Ilha de Itamaracá, e dos de Pernambuco, se marchasse logo com a gente que pudesse. (FREIRE, 2001, p. 207).³¹

Parece que foram bem sucedidos, uma vez que conseguiram a aliança com os índios aldeados em Goiana. Essa adesão, tanto dos índios

como dos moradores do interior, dera-se muitas vezes por medo. Os que não se retiraram para as matas, “ou por não poder ou por não querer – aceitaram seus passaportes; que eles lhe dava de bom grado, porque assim ganhava amigos e nos aumentava os inimigos.” (FREIRE, 2001, p. 208).³² Qual a população destas aldeias tupis do Rio Grande, Paraíba e Itamaracá? Esta é uma matemática difícil, sobre a qual dispomos de informações esparsas.

Sobre o cotidiano da guerrilha, não temos dúvidas de que a interação entre luso-brasileiros e tupis era muito maior do que a que havia entre estes últimos e os holandeses. Logo após a queda do Arraial Velho do Bom Jesus, as tropas luso-brasileiras marcharam em direção ao sul de Pernambuco. Descrevendo a caminhada, Brito Freire (2001, p. 234) narrou o seguinte: “Iam 60 índios, com seus capitães Antônio Cardoso e João de Almeida (ambos bem valentes), descobrindo adiante os caminhos e bosques, por serem neles tão práticos, como quem havia nascido neles.”

Esta passagem nos mostra um pouco da adaptação européia à guerra nos trópicos. Tal era a adaptação, que existia um destacamento especializado em emboscadas. Evidentemente, nem todos os militares estavam aptos a ser “de emboscadas” (expressão de Brito Freire). Muitos soldados que vinham de Portugal, Espanha e Nápoles eram inexperientes na “guerra-de-mato”; “bisonhos”, na expressão de Evaldo Cabral de Mello (1975, p. 120).³³ Na guerra brasílica, com suas características próprias, a interação entre o modo de guerrear europeu e indígena adquiriu um refinamento tal que, ao tempo da invasão holandesa em 1630, era possível encontrar alguns elementos luso-brasileiros capazes de se mimetizar com o domínio vegetacional nordestino. Era uma interação que já durava quase um século e que não foi fácil aos batavos vencer. Nas matas de Pernambuco, a interação entre o mosquete e a flecha, do lado luso-brasileiro, metia medo em qualquer tropa bem alimentada recrutada na Alemanha, Holanda e Polônia.

Expulsos os soldados comandados por Matias de Albuquerque e o Conde de Bagnuolo, os holandeses, sob os auspícios de Maurício de Nassau, procuraram reorganizar a *conquesten*. Diante desse desafio, como ficaria a relação dos holandeses com os tupis e tapuias?

De forma geral, a administração nassoviana, se por um lado não representou um clima de completa paz no governo do Brasil pela WIC, por outro, lançou esta última a novos patamares no cenário do Atlântico Sul. A partir de 1637-38, restabeleceram-se as plantações de açúcar e, com isso, tornou-se necessário o incremento da mão-de-obra escrava para o trabalho na lavoura. No Brasil, o domínio holandês se espalhou para Sergipe e Maranhão. Na África, os portos de El Mina e Luanda caíram nas mãos holandesas a partir do Recife, em 1637 e 1641, respectivamente. Essa não era mais a época dos *kleine profijten* (pequenos lucros), e sim dos *groote profijten* (grandes lucros), e como tal exigiria cada vez mais das tropas que protegiam a *conquesten*. O contexto agora era bem diferente do vivido no período da invasão em 1630. Outro dado é o crescimento demográfico em torno do Recife. Essa informação, que dificilmente pode ser precisada, fica sempre no campo da especulação. Pela altura do ano de 1641, a população do Recife girava em torno de cinco a seis mil pessoas, e em torno dele agrupavam-se várias aldeias de *brasilianen*. Essa concentração populacional devia-se também ao fato de que entre Itamaracá e a Várzea do Rio Una se situava a grande maioria dos engenhos moentes.

Em fins de 1637, a Companhia dispunha de 7.000 alqueires de farinha de mandioca para abastecer um efetivo de 2.250 soldados e marinheiros.³⁴ É bem possível que a conquista de São Jorge da Mina, que ocorrera poucos meses antes e saíra do Recife, tivesse se beneficiado da farinha de mandioca no abastecimento das tropas. Futuramente, a conquista de Angola, em 1641, precisaria de muito mais.

A partir de um relatório do alto conselheiro Van der Dussem remetido ao Conselho dos XIX (diretores da WIC), é possível sabermos com segurança que, por volta de 1643, os holandeses tinham à sua disposição 1.923 índios espalhados pelas aldeias de Pernambuco, Goiana, Paraíba e Rio Grande.³⁵

Nassau, por sua vez, reforçou a necessidade de proteger os indígenas e usá-los sempre como aliados militares. Nos aldeamentos, dedicaram-se a plantações de roças, sobretudo de mandioca. A importância da farinha de mandioca na guerra era grande, tanto que Nassau, em julho de 1639, baixou um edital obrigando os senhores de engenhos a produzir uma quantidade fixa de quintais de farinha por cabeça

de escravo.³⁶ A farinha de mandioca poderia alimentar os escravos nas viagens de volta ao Brasil. Nessa perspectiva, o aumento do tráfico de escravos a partir da conquista de São Jorge da Mina pela WIC poderia ter demandado uma quantidade cada vez maior de farinha. A troca deste produto por escravos pode ter sido, o que não foi regra, efetuada a partir da segunda década do século XVII em Angola pelos portugueses (SILVA, 2002, p. 864). O abastecimento de farinha, dadas as necessidades da conquista agora aumentadas, ligava as aldeias indígenas à administração local e ao comércio de escravos. Os índios ajudavam na produção de farinha para que o governo nassoviano engendrasse o comércio de negros. A importância da conquista de São Jorge da Mina era tanta, que Garpar Barleus (1974, p. 55) a ela se refere como “fortíssima praça no litoral da África e ali o principal reduto do rei da Espanha”. Numa tentativa de ocupação em 1625, após serem expulsos da Bahia, os diretores da WIC ensejaram a conquista de El Mina. Tomaram parte algumas dezenas de *brasilianen*. No meio da peleja, é o próprio Barleus que narra que

os bárbaros, que a nenhum poupavam, fizeram tão violenta irrupção, que muitos, sem saber nadar, se afogaram no mar, sofrendo morte horrível, e outros, num terror estúpido, lançavam fora as armas, não podendo ninguém conter o ímpeto dos africanos, o qual eles reputam valor. (BARLEUS, 1974, p. 56).

A disputa luso-holandesa lançava então os índios do outro lado do Atlântico. Estavam agora bem envolvidos nos planos da WIC para o Atlântico sul. Levavam também a guerra brasileira para o outro lado do oceano. Desta vez, os nativos trocaram a flecha pelo mosquete. Mais importante foi a conquista holandesa de Angola, comandada por Hinderson e que contou com 200 *brasilianen*. Na ocasião, o porto de Luanda era o que exportava mais escravos para o Novo Mundo. A essa altura, meados de 1640, os tupis faziam nas matas africanas, de clima semelhante, o que já faziam muito bem nas matas de Pernambuco. Antes mesmo da conquista de Luanda, em 1638, Nassau promoveu uma expedição fracassada à Bahia. No corpo da tropa, 1.000 brasileiros se juntavam a um exército de 3.400 holandeses. Nassau, por sua vez, “determinou que estes se reunissem aos holandeses, presumindo que

entre uns e outros se havia de dar emulação de valentia” (BARLEUS, 1974, p. 47).

Não há dúvida de que, mais que qualquer outro que lhe antecedeu, Maurício de Nassau foi o que mais se utilizou do apoio militar indígena. Ele conseguiu executar a maior parte de seus planos militares à custa de efetivos tupis e tapuias. Em Pernambuco ou em Angola, a flecha e o mosquete chegaram a abalar as estruturas econômicas de Portugal numa fase em que o Oriente das especiarias era coisa do passado.

Referências Bibliográficas

BARLEUS, Gaspar. *História dos fatos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974.

BERNARD, Carmen; GRUZINSKI, Serge. *História do Novo Mundo*. São Paulo: Edusp, 2006.

BOXER, Charles. *O império marítimo português, 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde Pública. *Documentos Holandeses*. [Rio de Janeiro]: Ministério da Educação e Saúde Pública, 1945.

FREIRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitânia: história da guerra brasileira*. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001.

LAET, João de. *Roteiro de um Brasil desconhecido: descrição das costas do Brasil*. Org. de Cristina Ferrão e José Paulo Monteiro Soares. Trad. de Benjamin Teensma. Lisboa: Kapa, 2007.

LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Markus. *The many-headed hydra: sailors, slaves, commoners, and the hidden history of the revolutionary Atlantic*. Boston: Beacon Press, 1992.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1645*. Recife: Edusp, 1975.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*. Recife: Massangana, 1987.

SCHALKWIJK, Frans Leonard. *Igreja e Estado no Brasil holandês (1630-1654)*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

SILVA, Alberto da Costa. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão (1500-1700)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

TREVOR-ROPER, Hugh. *A crise do século XVII: religião, a Reforma e mudança social*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

WAETJEN, Hermann. *O domínio colonial holandês no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1938.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O sistema mundial moderno: 2. O mercantilismo e a consolidação da economia-mundo européia, 1600-1750*. Porto: Afrontamento, 1990.

Notas

² Um trabalho de referência e que trata com relevo a evangelização indígena por parte dos protestantes é o de Frans Leonard Schalkwijk, *Igreja e Estado no Brasil Holandês*. No que se refere à importância dessa atividade para a WIC no Brasil, considera o autor que, “quanto ao governo, não há dúvida de que, em si, procurava a evangelização dos índios, para tê-los também como melhores súditos e soldados. Em uma carta do conde de Nassau e seus conselheiros aos Senhores XIX, em 1641, registra-se a esperança que tinham de ganhar toda a nação indígena do seu paganismo, e ‘assim eles nos ajudarão a manter esta conquista dos espanhóis e seus ataques’.” (SCHALKWIJK, 2004, p. 214).

³ O almirante Max Justo Guedes é o comentador dos mapas e iconografias presentes na obra, que reúne 25 manuscritos de Laet. Segundo ele, “na ocasião [da invasão a Pernambuco em 1630], além das próprias observações, dispunham os batavos de magníficas informações sobre o Brasil, registradas em notáveis códices que, não é difícil imaginar, teriam conhecido seus competentes espiões, dispondo de substancial numerário para o suborno.”

⁴ Contudo, o autor não se furta de dizer que “a Espanha e o império, a Itália e o papado, estes são ainda os centros do poder, riqueza, indústria e vida intelectual. A Espanha é ainda a grande potência mundial; o sul da Alemanha é ainda o coração industrial da Europa; a Itália continua tão rica e intelectualmente estimulante como sempre.”

⁵ Segundo o autor: “O ataque maciço dos holandeses ao império colonial português foi ostensivamente motivado pela união das coroas espanhola e portuguesa na pessoa de Filipe II de Espanha, contra cujo governo, nos Países Baixos, os holandeses haviam se revoltado desde 1568. [...] As coroas de Espanha e Portugal continuaram unidas nos sessenta anos seguintes, um período que os portugueses patriotas mais tarde compararam com o cativeiro dos judeus na Babilônia. O império colonial ibérico,

que durou de 1580 a 1640, e que se estendia de Macau, na China, a Potosi, no Peru, foi o primeiro império mundial onde o sol nunca se punha.”

⁶ De acordo com Max Justo Guedes, “a Companhia teria 19 diretores (os Herren XIX), poderia fazer contratos, pactos e alianças com príncipes e naturais dos países compreendidos nos limites atribuídos à mesma, construir fortes e fortificações, contratar tropas, nomear funcionários e governadores-gerais (estes desde que seus nomes fossem aprovados pelos Estados Gerais) e efetuar presas cuja legalidade seria decidida pelo Conselho do Almirantado.” (In: LAET, 2007, p. 29).

⁷ Baseado nos relatos de Joannes de Laet, Gonsalves de Mello (1987, p. 198) presumiu que tais índios falavam neerlandês e professavam a fé protestante.

⁸ Missiva do Coronel Wanderburch aos Estados Gerais (03/04/1630). (In: BRASIL, 1945, p. 34).

⁹ Ibidem, p. 45.

¹⁰ Francisco de Brito Freire nos oferece uma descrição completa dessa guerra de emboscadas ao tratar dos “cabos-de-guerra”, que eram militares mais experientes na guerrilha, já tendo alguns deles enfrentado os holandeses quando da ocupação de Salvador. Segundo o autor: “Por este modo se introduziu nesta guerra chamarem-se estes cabos ‘capitães-de-emboscadas’. Os quais, ora divididos, ora juntos, andavam de contínuo pelo mato (exercício mais natural à gente do Brasil), saindo a cortar as estradas dos seus alojamentos que tinham aparte. [...] E como a terra muito coberta é um bosque contínuo, em poucos dias se experimentou a manifesta utilidade deste modo esquisito de guerra, no estrago e no temor dos holandeses.” (FREIRE, 2001, p. 128).

¹¹ Missiva do Coronel Wanderburch aos Estados Gerais (16/12/1630). (In: BRASIL, 1945, p. 55-56).

¹² O Coronel Diedrick Wanderburch era da opinião de que “basta causar ao simples soldado desgosto por ter de ficar aqui por mais tempo que o fixado, já se viram bastantes exemplos pelos quais Vossos Altos Poderes poderão facilmente verificar que um soldado, mesmo o melhor que se possa imaginar, está sempre inclinado à mudança, crendo sempre que se achará melhor alhures, consoante tive a prova diversas vezes na Itália, Alemanha, Suécia, Hungria e outros lugares, onde, entretanto, tinham em abundância o que comer e beber, e onde não se achavam alistados por tempo prefixado.” Missiva de Wanderburch aos Estados Gerais. (09/11/1631). (In: BRASIL, 1945, p. 90).

¹³ Missiva do Coronel Wanderburch aos Estados Gerais (01/1632). (In: BRASIL, 1945, p. 97).

¹⁴ Ibidem, p. 103.

¹⁵ FREIRE, 2001, p. 137.

- ¹⁶ O autor se baseou nas crônicas de Joannes de Laet para esta informação.
- ¹⁷ IAHGP. Coleção José Higino. Briven en papieren uit Brasilie, 10 de março de 1634, do Castelo Ceulen (Rio Grande).
- ¹⁸ Segundo o relatório: “Tendo o Conselho dos XIX ordenado que se erigissem fortificações inexpugnáveis em torno de todos os pontos conquistados, éramos forçados a empregar as nossas tropas de combate em serviço de guarda e trabalhos de trincheira, pondo em risco assim a saúde da nossa melhor gente [...]”.
- ¹⁹ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 11/04/1635.
- ²⁰ Ibidem, 13/09/1635.
- ²¹ Ibidem, 06/04/1635.
- ²² Ibidem, 05/04/1635. No caso da comunicação com a Paraíba, vingou mesmo a cabotagem de pequena distância.
- ²³ A movimentação de cruzadores, navios e iates entre o Recife e Alagoas era intensa, na tentativa de enviar munições, efetivos e víveres para as tropas que combatiam os luso-brasileiros. Para termos uma idéia desse fluxo, entre os dias 19 e 27 de novembro de 1635, várias embarcações circularam nesse espaço. Só no dia 27 de novembro, podemos registrar a saída dos navios De Kamphaen, De Winthond, De Spreeuw, Ter Tholen, Salamander, De Maagd van Dort, Walcheren, De Faem e Goeree. IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 27/11/1635.
- ²⁴ É difícil especificar quem eram exatamente tais salteadores. Mesmo nas fontes coevas essa identificação se torna imprecisa. Ao Recife chegavam notícias de ataques a moradores e vivandeiros do interior. Uns relatavam que eram os escravos da mata (*bosnegers*), outros, que eram tropas volantes da resistência luso-brasileira e, em alguns casos, soldados desertores (*overloopers*) da Companhia das Índias Ocidentais.
- ²⁵ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 17/09/1635.
- ²⁶ Ibidem, 27/12/1635.
- ²⁷ Ibidem, 20/01/1636.
- ²⁸ Segundo informações constantes nas Atas do Governo Holandês no Brasil, tais foram os reforços informados recebidos pela WIC no ano de 1635: dia 27/03, 166 soldados; dia 02/04, 289 soldados; dia 12/04, 48 soldados; dia 27/04, 27 soldados; dia 07/05, 36 soldados; dia 27/05, 21 soldados; dia 16/08, 94 soldados. No ano de 1636 os efetivos não foram informados nas atas.
- ²⁹ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 28/01/1636.
- ³⁰ Ibidem, 04/02/1636.
- ³¹ FREIRE, 2001, p. 207.

³² Vale dizer que admitir a adesão dos moradores locais e nativos apenas pelo medo é uma inferência única e exclusiva do cronista. É bem possível, entretanto, que, no caso dos últimos, a aliança com os holandeses viesse numa boa hora para lutar contra povos rivais e mesmo contra a dominação portuguesa. Também do lado dos moradores luso-brasileiros, alguns deles pequenos plantadores de cana-de-açúcar, não é difícil que entressem, por meio da presença holandesa, uma vida melhor do que tinham antes da invasão. Assim, dentro de uma conjuntura nova e que visava sobretudo o lucro, a possibilidade (para os pequenos lavradores) de se tornarem senhores de engenho também deve ter fomentado a adesão. A invasão holandesa poderia servir de meio para que pertencessem a um *stablishment* ao qual antes da guerra não pertenciam. Como o cronista, afeito a situações de combate e tendo efetivamente feito parte da guerrilha, guardava impressões apaixonadas da ocupação, as suas análises certamente sofreram a influência de um clima de guerra, em que as tensões estavam latentes no cotidiano das pessoas.

³³ O autor escreveu sobre as dificuldades vivenciadas por soldados novatos na guerra holandesa.

³⁴ IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse Notulen. 04/11/1637.

³⁵ José Antônio Gonsalves de Mello, que transcreveu tal relatório, observou minuciosamente as divisões das aldeias e a quantidade de pessoas que nelas habitavam. Ao todo, eram 19 aldeias espalhadas por toda a conquista. Ver *Tempo dos Flamengos*, p. 216, nota 51.

³⁶ O plantio adquiriu ares mais organizados a partir deste edital (*placard*), o qual determinava que cada senhor de engenho e lavrador, tanto holandeses quanto portugueses, plantassem 500 covas de mandioca por escravo num espaço de seis meses. Dessa vez, Gaspar Dias Ferreira veio acompanhado do escabino Pero Lopes de Verra. A distribuição de farinha por quotas fixas pelos moradores locais obedecia ao que na Guerra dos Trinta Anos chamava-se “sistema de contribuição” (*kontributionssystem*), segundo Evaldo Cabral de Mello. No entanto, o autor se referiu ao “sistema de contribuição” nos termos da resistência luso-brasileira, em que “o provimento do Arraial e seguramente de outras praças-fortes foi confiado a vivandeiros (expressão utilizada por cronistas como frei Manuel Calado e Brito Freyre), um método mais apropriado à existência relativamente sedentária de guarnições do que a um exército em marcha”. Parece que esta forma de “cota fixa” também valia para os holandeses, sobretudo por se tratar de um exército cuja maioria do efetivo estava confinada em fortificações. Prática de abastecimento europeia aplicada no Brasil nassoviano.